

FARDA E BATOM: “SER POLICIAL MILITAR”, UMA PROFISSÃO FEMININA?

UNIFORM AND LIPSTICK: “WOULD THE MILITARY POLICE” BE A FEMALE JOB?

FERREIRA, Jaqueline Carvalho R. ¹
SILVA, Sullyvan Garcia da ²

RESUMO

Este estudo busca evidenciar a realidade vivenciada por policiais femininas, demonstrando a existência de preconceitos, as resistências e dificuldades, as conquistas, realizações e sentimentos enfrentados por mulheres que decidiram desbravar uma instituição majoritariamente masculina. Apresenta dados do efetivo de policiais femininas na ativa da Polícia Militar de Goiás, com foco principal no 1º CRPM e Comando de Missões Especiais. Sendo realizada pesquisa junto ao SICAD para obtenção desse quantitativo, seguido pela aplicação de questionários a 50 policiais, para demonstração das diversas experiências vivenciadas por elas. Os resultados obtidos demonstram que as principais barreiras enfrentadas pelas policiais femininas dentro da instituição são a hostilidade dos colegas de trabalho do sexo masculino no desenvolvimento das atividades operacionais, os preconceitos e assédios sofridos dentro da corporação e a necessidade de desprenderem um esforço maior para provarem o valor de seu trabalho. Constatou-se que mesmo enfrentando preconceitos e dificuldades as policiais estão satisfeitas com a profissão, principalmente pela paixão daquelas que desempenham o serviço operacional. É importante destacar que a estabilidade oferecida pela profissão é considerada fator decisivo para o ingresso na instituição. Evidenciou a existência dos mais variados perfis de policiais femininas na PMGO. Algumas se identificam com o policiamento operacional, tem aquelas que buscam os cursos de policiamento especializado e existem outras que gostam do serviço administrativo. Havendo muitas funções a serem desempenhadas, cabendo cada uma buscar desenvolver aquela com que se identifique. Todas são unânimes ao afirmarem que a profissão de policial militar é uma profissão exercida com excelência pelas mulheres.

Palavras-chave: Policiais femininas. Mulher. Preconceitos. PMGO.

ABSTRACT

This study forsee to highlight the experience of the female police force showcasing the existence of bias, resistance, difficulties, achievements and feelings lived by women who decided to venture in a male predominantly institution. It presents data on the number of female police officers active in the Military Police of Goiás, with the primary focus on the 1 st CPMR and Special Missions Command. A survey was conducted with SICAD in order to obtain this amount, followed by the application of questionnaires to 50 female police officers, demonstrating different personal experiences. The results show that the main barriers faced by female police officers within the institution are the hostility of male co-workers during the operational activities, bias and harassment suffered within the corporation and the need to make greater efforts to prove value of their work. It was verified that even facing prejudices and difficulties the female police officers are satisfied with their job, mainly for the passion of those

¹Aluna do Curso de Pós Graduação em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, cometajack@hotmail.com; Goiânia-Go, Março de 2019.

²Professor orientador: Mestre em Educação, Professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás CAPM, sull.garcia@hotmail.com, Goiânia-Go, Março de 2019.

who perform their duties. It's important to emphasize that the stability offered by the job is considered a decisive factor for joining the institution. It is shown the existence of the most varied profiles of female police officers in the PMGO. Some of them identify with operational policing, others with specializing through courses and others with who are more likely to the administrative service. There are many functions to be performed, and one must seek to perform the function which one identify the most. The female police force who participate are unanimous in saying that the duties on the military police a duties exercised with excellence by women.

Keywords: Female police officers. Woman. Prejudices. PMGO.

1 INTRODUÇÃO

A Polícia Militar de São Paulo foi a pioneira na inclusão feminina na corporação no Brasil, em dezembro de 1955, ao criar o Corpo de Policiamento Especial Feminino (MOREIRA, 2011). Contudo as 13 policiais femininas, só foram incorporadas aos quadros da polícia militar em 1977, quando houve a regulamentação da participação de mulheres nessa instituição por meio de uma Portaria do Estado-Maior do Exército (FACHINETTO et al., 2015). Até a década de 1990, o ingresso feminino “deu-se com a criação do Pelotão de Polícia Militar feminina ou das Companhias femininas, particularidade nas quais poucos estados diferem” (LOPES e BRASIL, 2010, p.2).

No Estado de Goiás, as primeiras Policiais Femininas ingressaram na corporação em 20 de fevereiro de 1986, após o primeiro concurso público para 100 vagas e exigir o Ensino Médio completo das candidatas, onde houveram 1.116 mulheres inscritas, dessas, 103 foram matriculas e 99 se formaram. Para serem aceitas na corporação as candidatas precisavam preencher diversas exigências, dentre elas a idade entre 18 a 26 anos, a altura mínima de 1,60 m, ter seu estado civil da seguinte maneira, solteira, viúva ou legalmente separada e, a exigência mais complexa, se fossem mães, obrigatoriamente tinha que transferir a guarda para terceiros. E as exigências se estendiam após o curso, sendo que nos dois anos subsequentes ao curso, elas não poderiam unir-se em matrimônio. O trabalho exercido por essas policiais tinha um papel meramente figurativo, pois, desempenhavam o serviço de guarda no Aeroporto de Goiânia, rodoviária, no trânsito, etc. Trabalhavam exclusivamente em duplas, prestando informações à população, mas não poderiam realizar nenhum tipo abordagens. O Curso de Formação de Oficiais (CFO), em 1989, foi o primeiro a abrir vaga para mulheres – apenas quatro (TRIBUNA DO PLANALTO, 2016).

A participação feminina nas fileiras militares tem aumentado substancialmente, somando aproximadamente 12% do efetivo total nacional (SENASP, 2013). E a cada ano presencia-se a conquista de espaços mais amplos na corporação pelas policiais.

Em Goiás apenas 10% das vagas ofertadas pela Polícia Militar são destinadas as candidatas do sexo feminino. Dentro da corporação a policial feminina (pejorativo - P'fem), precisa provar e se superar a cada dia para firmar sua identidade em um mundo de demandas predominantemente masculinas, lidando diariamente com discriminações, resistências e desconfianças em relação ao trabalho da mulher na polícia militar.

São poucas as pesquisas brasileiras realizadas, que tenham como foco as mulheres na área da Segurança Pública e, principalmente, nas instituições policiais (SOUZA, 2014). Essa realidade é vivenciada em Goiás, onde são raras as pesquisas desenvolvidas a respeito do trabalho feminino nas polícias, especialmente na corporação Militar. Portanto, mesmo não se tratando de uma abordagem diretamente sobre o gênero, este trabalho pretende contribuir com pesquisas futuras e abrir horizontes para novos estudos que busquem demonstrar que o trabalho desenvolvido pela policial feminina é essencial para a corporação e principalmente para sociedade.

Esta pesquisa busca evidenciar a realidade vivenciada pela policial feminina dentro da corporação da Polícia Militar do estado de Goiás, demonstrando os preconceitos, as resistências e as dificuldades enfrentadas por elas no exercício de sua função. Assim como evidenciar as conquistas, realizações e sentimentos vivenciados por essas profissionais, que decidiram desbravar uma instituição majoritariamente masculina.

As pesquisas relacionadas a participação feminina nas corporações militares são escassas, mas está se tornando um campo recente e procurado para o desenvolvimento de estudos, sendo que os primeiros debates acadêmicos sobre as instituições militares focadas na perspectiva de gênero surgiram apenas na última década.

O silêncio a respeito da presença feminina em corporações militares brasileiras, está sendo rompido por trabalhos bem recentes, os quais ainda encontram muitas dificuldades para obtenção de dados sobre o efetivo feminino, devido a inexistência de dados estatísticos internos a respeito de gênero, mesmo já havendo se passado aproximadamente mais de três décadas, desde a inclusão das primeiras mulheres nas fileiras das corporações militares de todo o Brasil.

A realização dessa pesquisa tem por interesse a compreensão pela crescente busca e permanência das mulheres na instituição militar, mesmo diante dos mais diversos desafios encontrados, assim como analisar a realidade encontradas pelas primeiras mulheres, guerreiras desbravadoras das policiais femininas de Goiás. É preciso uma análise mais aprofundada para

se conhecer as dificuldades e o árduo processo enfrentado pelas primeiras policiais femininas, vítimas de preconceitos e desconfianças dentro e fora da corporação.

A partir dessas realidades este trabalho busca coletar dados atualizados referentes ao efetivo de policiais femininas, dentro do Estado de Goiás com ênfase ao 1º CRPM a ao CME, da Polícia Militar de Goiás, tendo por base os órgãos de execução e unidades subordinadas. Buscar compreender as estratégias adotadas para a integração dessas mulheres neste ambiente eminentemente masculino confirmar a evolução e as conquistas das policiais femininas, assim como evidenciar a visão, as percepções e as experiências vivenciadas pelas mulheres, que buscaram o militarismo como profissão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O TRABALHO É A FONTE DA LIBERDADE CONCRETA

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” é a frase que melhor sintetiza a obra “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir (1949), que apesar de ter sido escrita a setenta anos, representa ainda hoje uma bíblia para o feminismo, por mostrar os caminhos para a liberdade das mulheres. A autora analisa a condição feminina nas mais diversas dimensões, as diferentes fases da vida de uma mulher e a importância do trabalho para uma mulher. Indicando que só através do trabalho a mulher consegue diminuir a distância que a separa do homem e conquistar a sua liberdade plena. A mulher que toma as rédeas de sua vida, que busca um trabalho, encara lutar ao invés de se resignar diante do que a sociedade lhe impõe, conquistando sua autonomia financeira, social, psicológica e intelectual (GOLDENBERG, 2019).

Simone de Beauvoir foi uma mulher à frente de sua época, ela foi independente e uma guia para o feminino e a pioneira na postulação do construtivismo de gênero. Com uma linguagem acessível a autora conseguiu demonstrar os avanços e a importância da condição feminina, sua obra “O Segundo Sexo” pode ser encarado como um grito de libertação, por desafiar preconceitos e abordar abertamente temáticas tabus, explorando inúmeras vezes a dominação masculina que se inicia na família e se perpetua na sociedade e na cultura histórica (ALMEIDA, 1999).

Não há que se negar as diferenças biológicas existente entre os sexos, contudo a importância dada pela sociedade essas diferenças e a sua utilização para inferiorizar a condição da mulher só é justificável para uma opressão dos homens, na verdade ser mulher não está só ligado ao sexo que se nasce, não é um dado da natureza, mas é a classificação social, na maioria

das vezes pejorativa, da cultura que constrói essa inferioridade da mulher. A autora enfatiza que foi a história da civilização que transformou a mulher em sexo frágil, invisível, submissa, dependente e subordinada (GOLDENBERG, 2019).

Goldenberg (2019) realizou uma pesquisa recente com 5.000 homens e mulheres de faixas etárias variadas, onde foi perguntado as mulheres o que ela invejava em um homem, e a primeira resposta foi unanime a liberdade.

“Elas invejam a liberdade sexual, a liberdade com o corpo, a liberdade de ir e vir, a liberdade de rir e brincar, a liberdade de fazer xixi em pé e muitas outras liberdades masculinas. Já os homens, quando perguntados sobre o que invejavam em uma mulher, responderam categoricamente: nada” (GOLDENBERG, 2019).

Cabe a mulher trabalhar arduamente para sua libertação, buscando sempre abrir novos caminhos, vencer os desafios que lhes são impostos ultrapassando as barreiras, pois aquela mulher que escolhe lutar por sua liberdade, enfrenta mais dificuldades, mas não aceita o que lhe é imposto.

2.2 A INCLUSÃO DA MULHER NA POLÍCIA MILITAR

Ao se analisar a Polícia Militar como uma organização de interesses sociais, constata-se um *gueto masculino* no qual o ingresso de mulheres é uma conquista recente, e elas tem ocupado predominantemente, funções administrativas e de relações públicas, ou seja, distantes da atividade fim da Polícia, sendo que aquelas policiais que buscam seguir carreira no policiamento operacional, precisam enfrentar enormes dificuldades, preconceitos e desconfianças (CAPPELE, 2010). A inserção da mulher nas corporações militares foi permitida, contudo os acessos a cargos operacionais e de comando foram limitados, com a justificativa de que tais cargos são para os homens verdadeiros policiais.

A corporação Polícia Militar (PM) está vinculada diretamente ao Estado, que é o responsável pela segurança pública, e cabe a ela o controle social e a manutenção da ordem pública e do bem-estar social, sendo autorizada o uso legítimo da força coercitiva. O porte de arma de fogo é um elemento primordial para representar a detenção da força pelo policial. Bayley (2006) defende que a atividade policial é exercida por “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro desse grupo através da aplicação da força física”. Em sua obra *O que faz a Polícia?* Monjardet (2003) vem complementar o conceito supracitado ao afirmar que a polícia “é a instituição encarregada de possuir e mobilizar os recursos de força decisivos, com o objetivo de garantir ao poder o domínio do emprego da força nas relações sociais internas”.

Segundo Soares e Musumeci (2005) na segurança pública brasileira não houve uma revolução estrutural ou cultural institucional, logo, não se deve fazer uma ligação entre a inserção de mulheres na corporação e uma reforma real, como outros países passaram. O ingresso das mulheres na Polícia Militar significaria uma forma de humanizar e amenizar a imagem da mesma, como forma de “despir por completo os resquícios do passado ditatorial” (SOARES e MUSSUMECI, 2005, p. 118). A mulher com suas habilidades de cuidar das pessoas, ser flexível e ter sensibilidade para lidar com o público trouxe à produção de uma polícia moderna (CAPELLE, 2006). Calazans (2004) associa o ingresso da mulher na Polícia Militar a um processo de modernização da instituição, a autora defende que as mulheres se encaixam exatamente ao novo perfil implantado na segurança pública, onde surge uma PM mais voltada a estratégias preventivas, e que busca distanciar a truculência e o uso da força. A incorporação da mulher as carreiras militares foi utilizada par contrabalancear a imagem do policial autoritário, violento e truculento, visto que à figura feminina relaciona-se sensibilidade, emoção e tranquilidade. Assim, a atuação da mulher seria utilizada a atuações específicas, como apoio, pois a maior contribuição de sua presença na Polícia era a sua imagem perante a sociedade e não o seu desempenho no policiamento propriamente dito (CAPELLE, 2006). Calazans (2004) também descreve em seu estudo sobre a novas características e concepções sobre a segurança pública, as polícias se veem na necessidade de adotar uma nova postura quanto a suas ações, implementando um policiamento mais voltado a comunidade e a políticas preventivas, logo, permite-se entender que nasce um lugar para as policiais femininas.

O ingresso das mulheres nas Polícias Militares brasileiras se estabeleceu ao longo da década de 1980, a única exceção foi o estado de Roraima, que só admitiu o ingresso de mulheres em suas fileiras em 2000 (SENASP, 2013a, p 15). Foi estabelecida inicialmente a cota máxima de 10% para as ingressantes do sexo feminino, sob a justificativa da diferença biológica entre homens e mulheres, o que tornaria as atividades desempenhadas pelas policiais femininas distintas das atividades exercidas pelos policiais masculinos (CAPELLE, 2006). A manutenção dos patamares próximos a 10% destinados ao quantitativo de mulheres na corporação da PM, mesmo após a novas regras constitucionais que preveem acesso igualitário, é justificado pela diferença física entre mulheres e homens. E como se acredita que a mulher não tem competência física para lidar com bandidos, é imperativo segmentar, já se trazer no edital do concurso, quantas vagas são disponibilizadas para cada sexo (RIBEIRO, 2016).

Cabe lembrar que os estudos relacionados a instituição militares são poucos e os que trazer a mulher na corporação como foco principal são ainda mais recentes e escassos. Mas são unânimes em afirmar que as mulheres são minoria dentro da instituição policial e que são

designadas primordialmente a desenvolverem atividades administrativas, trabalhos internos nas corporações ou na atuação e intervenção específicas, principalmente as que envolvam crianças, idosos, adolescentes e mulheres.

FIGUEIRA em seu estudo de 2017:

Apenas os trabalhos sobre mulheres policiais em cargos operacionais foram encontrados, ambos feitos nas polícias militares (CALAZANS, 2004; CAPELLE 2006). Calazans (2004) ressalta a escassez de estudos nacionais e internacionais que se ponham a investigar como as mulheres se constituem em policiais, especialmente no policiamento ostensivo. A autora discute que, a partir de entrevistas realizadas com mulheres da Polícia Militar do Rio Grande do Sul, pode-se perceber que a inserção das mulheres nas polícias envolve uma negociação dos valores de uma polícia nova, mais voltada para a prevenção e para formas menos violentas de policiamento e de uma polícia antiga, associada à maior truculência e a concepções militares arraigadas. Assim dada as vivências na formação dessas policiais, que muitas vezes as expõem ao limite psicológico e corporal, observa-se a construção obrigatória de uma policial homogênea (FIGUEIRA, 2017, p 17).

A presença da mulher na Polícia Militar já passou por uma grande evolução, visto que as primeiras policiais femininas exerciam papel meramente figurativo como guarda em aeroportos, secretárias, ou seja, atuavam em espaços específicos e delimitados e hoje encontra-se policiais femininas em todas as unidades, batalhões, tropas especializadas, nos quadros de oficiais e mais recentemente até exercendo o comando de diversos Batalhões importantes da Polícia Militar. Mas ainda há predominância de policiais femininas exercendo funções administrativas e de relacionamento com o público, e uma dificuldade de inserção das policiais que buscam o policiamento operacional como área de atuação (CAPELLE e MELO, 2010).

A Constituição Federal de 1988 no artigo 144, § 5º, estabelece que “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”, sendo assim a atividade fim da Polícia Militar ou a atividade operacional, Prevenção e Ostensividade, que envolve contato direto com a população. Já a atividade meio engloba os trabalhos administrativos burocráticos ou as atividades ligadas a formação profissional dos policiais ingressantes na corporação.

Soares e Musumeci (2005) demonstram que a presença de mulheres na Polícia Militar reflete uma padronização de dominação vigente na sociedade, onde as mulheres ocupam cargos de menor importância, com acesso limitados aos postos de comando e desempenho de funções mais desvalorizadas. Para que essa realidade seja modificada em uma carreira extremamente hierarquizada e machista, que é a militar, demanda-se tempo e esforços adicionais para que as barreiras explícitas e implícitas sejam vencidas e assim se tenha um número expressivo de mulheres em escalões elevados da hierarquia militar.

Por se tratar de uma profissão que até pouco tempo era unicamente exercida por homens, percebe-se a dificuldade a aceitação como parceiras no serviço operacional, com a visão de que a mulher não tem capacidade física para lidar com a atividade fim do policial, as policiais são tratadas de maneira diferenciada e levadas a exercer suas atividades em lugares mais seguros e preferencialmente desempenharem trabalhos internos, com a justificativa de que assim as mulheres estarão protegidas, logo aos homens reserva-se o espaço público e às mulheres o ambiente interno. Restando para as mulheres que almejam ocupar uma posição hierarquicamente superior à do homem, ter uma escolaridade mais ampliada e devem provar a cada dia suas capacidades de forma diferenciada em relação aos homens (RIBEIRO, 2016).

2.3 POLICIAMENTO FEMININO EM GOIÁS

Em Goiás, a Companhia de Polícia Militar Feminina – Cia FEM foi criada no início de 1986, sob a rege do Decreto/ Lei 9.967/1986, o qual previa “emprego exclusivamente na atividade fim da Corporação, executando missões compatíveis com as características próprias da mulher, especialmente as atividades para a efetivação no trato com menores infratores ou abandonados ou mulheres envolvidas em infrações penais”, contudo o mesmo não trouxe nenhuma previsão de efetivo feminino. Foi o Decreto/Lai 2.584/ 1986 que previu em sua redação (artigo 2º, III) as praças Policiais Militares Femininas – combatentes, mas ainda prevaleceu o efetivo em zero. Somente em 1987 com o Decreto 10.330 que há previsão do efetivo feminino na Polícia Militar de Goiás, sendo previstas um efetivo de 10 Oficiais Policiais Militares Feminino (QOPMEFEM) e 323 Praças Policiais Militares Feminino (QPPMFem). No ano de 1995 o efetivo feminino foi dissolvido e agregado às demais Organizações Policiais Militares, foi fixado o percentual de 10% das vagas para os candidatos do sexo feminino (Lei 12.608/1995).

No decorrer dos anos, gradativamente as mulheres tiveram acesso ao trabalho operacional, representando desafios maiores a serem vencidos pelas mulheres, pois as peculiaridades do trabalho operacional exigem mais esforços e superações. Principalmente por ser a atividade fim policial mais valorizada da instituição. Sendo que aqueles policiais que desenvolvem um trabalho administrativo dentro da corporação não são vistos como verdadeiros policiais, mas sim como funcionários públicos (CAPELLE, 2006).

No trabalho de Rezende, Da Costa e De Paula (2018) foi apresentado uma breve biografia e uma entrevista com Silvana Rosa de Jesus Ramos, aluna soldado da primeira turma de policiais militares femininas do Estado de Goiás, em 1986, e hoje Coronel PM de Goiás, o

mais alto posto da corporação. A Coronel Silvana, que era professora primária antes de integrar as fileiras da Polícia Militar, ingressou na corporação para custear sua faculdade de Direito. Ela gostou e se identificou com o trabalho e no ano de 1989, concorreu a uma vaga no Curso de Formação de Oficiais (CFO), o qual foi aprovada e formou-se em 1991. Sendo que levou 11 anos para chegar a patente de primeiro - tenente. No ano de 2017 tornou-se a primeira coronel goiana, da Gloriosa Polícia Militar de Goiás, posto mais alto da escala hierárquica da corporação e no mesmo ano assumiu o comando do 8º Comando Regional da Polícia militar de Rio Verde, mais uma vez pioneira, pois foi a primeira mulher a coordenar uma grande regional do Estado.

Conforme palavras da Coronel Silvana para as mulheres alcançarem a ascensão na carreira e o reconhecimento de seu trabalho, perante uma corporação dominada por homens, pela hierarquia e rigidez das regras, elas precisam se esforçar muito mais e mostrar a que vieram. “É uma necessidade de afirmação. Para dizermos que estamos em pé de igualdade com eles, temos de mostrar que somos capazes” (TRIBUNA DO PLANALTO, 2016).

A entrevista apresentada no estudo em questão a Coronel Silvana relata que enfrentou as dificuldades costumeiras a uma missão nova, que o apoio familiar é seu suporte nas horas de dificuldades e tristezas. Ela relata que as pessoas tem receio dos policiais militares, principalmente das policiais femininas, pois muitos julgam que este não é trabalho para mulher, ela não concorda com esse pensamento, pois acredita que a mulher conquista seu lugar. Desistir nunca foi uma opção para Coronel, quando a missão era mais difícil, mais vontade de cumprir ela tinha. E que as responsabilidades vão aumentando conforme se sobe na hierarquia militar, mas não faria nada de diferente, pois cumpriu todos os interstícios normalmente, trabalhou muito para construir uma carreira sólida e pioneira. Silvana fala que a emoção vivida no desfile de conclusão do Curso de Formação de Soldados a emociona, causa arrepios só de lembrar, sendo que a sensação de ser a primeira mulher a comandar uma grande regional do estado (8º CRPM) é a de coroação de uma carreira. Fechando sua entrevista com excelência a Coronel Silvana deixa a seguinte mensagem de inspiração:

Acreditar que toda missão é única, por isso sempre fazer seu melhor. Deixo a minha história de vida, filha de pais analfabetos e humildes, que acreditou em um sonho e buscou realiza-lo. Se eu com toda dificuldade consegui, àquelas que persistirem, sejam como alunas soldados ou alunas oficiais, irão galgar os postos mais altos da Corporação (REZENDE, DA COSTA, DE PAULA, 2018, p. 14).

O pioneirismo dessa Coronel, detentora de um currículo especializado naquilo que mais gosta de fazer garantir a segurança dos goianos por meio de disciplina e estratégia, sua

luta, garra e superação são inspiração para qualquer mulher, independente do trabalho que exerça. Uma policial reservada, pautada pela lealdade, cautela e com técnicas em conformidade com a legislação, provavelmente sejam o segredo do sucesso da militar e o que com certeza a tornou um exemplo para as mulheres que ingressam na corporação.

3 METODOLOGIA

A realização dessa pesquisa objetiva demonstrar a realidade vivenciada pela policial feminina da Gloriosa Polícia Militar de Goiás, evidenciando as dificuldades, as realizações, os preconceitos e conquistas dessas guerreiras, que escolheram o militarismo como profissão. Esse estudo visa diminuir a lacuna existente, devido a escassez de estudos, no campo de pesquisas relacionadas a essas profissionais, e também busca apresentar dados atualizados referente ao efetivo de policiais femininas da Polícia Militar de Goiás.

O desenvolvimento deste artigo científico foi regido por pesquisa quantitativa em relação ao efetivo de policiais femininas na ativa da Polícia Militar de Goiás em abril de 2019, com enfoque principal nos órgãos de execução e unidades subordinadas do 1º CRPM da Polícia Militar de Goiás e ao Comando de Missões Especiais (CME) junto ao Sistema Integrado de Controle Administrativo (SICAD).

A aplicação de questionário, composto por 16 questões estruturadas, sendo 04 delas objetivas e 12 perguntas de respostas subjetivas com a finalidade de análise de conteúdo de Bardin (1977). Para a coleta de dados buscou-se policiais militares femininas foram destaque por suas conquistas e colocações em curso de unidades especializadas e também junto aquelas que optaram por exercer o policiamento operacional ou pelo serviço administrativo, onde as mesmas demonstraram os sentimentos, as satisfações, as dificuldades e as percepções vivenciadas por elas na corporação.

A primeira etapa priorizou um estudo e uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em estudo. Em seguida foi feito um levantamento quanto ao efetivo feminino na ativa junto ao SICAD. Sendo a etapa seguinte a aplicação de um questionário, via aplicativo de mensagem elaborado na plataforma do GOOGLE FORM, a policiais femininas da ativa, as quais responderam perguntas referente a idade, posto ou graduação, carreira, dificuldades, sentimentos, expectativas e realidades experimentadas enquanto profissional. As policiais entrevistadas foram selecionadas aleatoriamente, exercem funções tanto administrativas quanto operacionais, pertencentes a batalhões diversificados e ocupantes de diferentes postos e

graduações dentro da corporação. Foram distribuídos cerca de 150 questionários, contudo apenas 50 policiais responderam o mesmo.

A coleta de dados foi realizada primeiramente por contato telefônico com as entrevistadas seguido pelo envio do questionário, por aplicativo de mensagens, que foi respondido e devolvido da mesma maneira. Sendo que a análise dos dados obtidos foi realizada por meio de ilustração com tabelas e posteriormente, foi realizado uma análise descritiva argumentativa e comparativa a partir dos dados obtidos com os questionários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quantitativo do efetivo feminino da Polícia Militar de Goiás e Unidades Subordinadas no ano de 2.019 é de 1.251 mulheres, sendo que há 01 Coronel no Quadro de Oficiais da Polícia Militar (QOPM), posto mais alto da corporação e 214 soldados de 2º Classe no Quadro de Praças da Polícia Militar (QPPM), conforme demonstrativo, detalhado do quantitativo por posto e graduação.

Quadro 1: Quantitativo do Efetivo Feminino da Polícia Militar do Estado de Goiás – 2019

ORD.	POSTO/GRADUAÇÃO	QUADRO	QTD.
1	CORONEL	QOPM	1
2	TENENTE CORONEL	QOPM	11
3	TENENTE CORONEL	QOS	6
4	MAJOR	QOPM	11
5	MAJOR	QOS	9
6	CAPITÃO	QOA	9
7	CAPITÃO	QOPM	15
8	CAPITÃO	QOS	20
9	1º TENENTE	QOA	11
10	1º TENENTE	QOPM	20
11	1º TENENTE	QOS	31
12	2º TENENTE	QOA	26
13	2º TENENTE	QOPM	5
14	2º TENENTE	QPE	1
15	ASPIRANTE À OFICIAL	QPEPM	3
16	CADETE 3º ANO	QPEPM	9
17	CADETE 2º ANO	QPEPM	1
18	SUBTENENTE	QPE	7
19	SUBTENENTE	QPPM	41
20	SUBTENENTE	QPS	5
21	1º SARGENTO	QPM	1
22	1º SARGENTO	QPPM	58
23	1º SARGENTO	QPS	2
24	2º SARGENTO	QPPM	108
25	3º SARGENTO	QPPM	246
26	CABO	QPPM	182
27	SOLDADO	QPM	7
28	SOLDADO	QPPM	191
29	SOLDADO DE 2ª CLASSE	QPPM	214
TOTAL GERAL			1251

Desse quantitativo de 1251 policiais femininas 161 estão lotadas no 1º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM) e 34 pertencem ao quadro do Comando de Missões Especiais (CME).

Como já fora enfatizado na contextualização teórica desta pesquisa, as mulheres estão sendo inseridas nas instituições militares, enfrentando muitas dificuldades, preconceitos e discriminação. Considerando o objetivo de demonstrar a realidade vivenciada pela policial militar dentro da corporação, evidenciando as dificuldades, as realizações, os preconceitos e conquistas dessas guerreiras, fora distribuído cerca de 150 questionários, via aplicativo de mensagens, sendo que apenas 50 policiais femininas da ativa de diferentes postos e graduações, de distintas unidades e funções exercidas dentro da corporação, enviaram o questionário respondido.

As idades das participantes variaram entre 24 e 58 anos de idade (média de 36,7). O tempo de profissão das mesmas é bastante diversificado sendo que 2 participantes (4%) são pioneiras na corporação, ingressaram no ano de 1986, quando houve o primeiro concurso para mulheres na Polícia Militar de Goiás. Outras 6 participantes (12%) passaram a integrar o quadro da Polícia Militar de Goiás em 2017, último concurso realizado pela corporação.

As policiais participantes deste estudo são 01 (uma) Tenente Coronel, 01 (uma) Major, 01(uma) Capitã, 03 (três) 1º Tenentes, 02 (duas) 2º Tenentes, 01 (uma) Sub -Tenente, 15 (quinze) Sargentos, 10 (dez) Cabos e 16 (dezesesseis) Soldados. Ao serem perguntadas quanto a formação acadêmica, as respostas obtidas foram 05 policiais (10%) tem o Ensino médio completo, 03 policiais (6%) possuem o curso de Gestão e Segurança Pública, 26 policiais (52%) tem Ensino superior, sendo que a maioria é Bacharel em Direito e 16 policiais (32%) são Pós Graduas. O nível de qualificação das policiais é elevado, considerando que para ingressar na Polícia Militar de Goiás como praça é necessário ter Curso Superior ou o curso De Gestão e Segurança Pública e como oficial é obrigatório ser Bacharel em Direito. O Curso de Pós Graduação oferecido pela corporação, a partir de 2017, também é um fator que auxilia na qualificação do policiais

Quanto a motivação que levaram essas mulheres a buscar o militarismo como profissão 25 delas (50%) responderam que a estabilidade, a carreira e o salário foi o que as fizeram buscar essa profissão, enquanto 14 participantes (28%) foram motivadas pela vocação ou paixão pela profissão e as outras 11 mulheres (22%) alegaram outras motivações para escolherem ser policiais militares. Capelle (2006), em seu estudo realizado com policiais militares do Rio Grande do Sul, discute que a chamada “vocação policial”, pautada na idealização do trabalho nas polícias, tem se tornado um mito sendo a necessidade de emprego

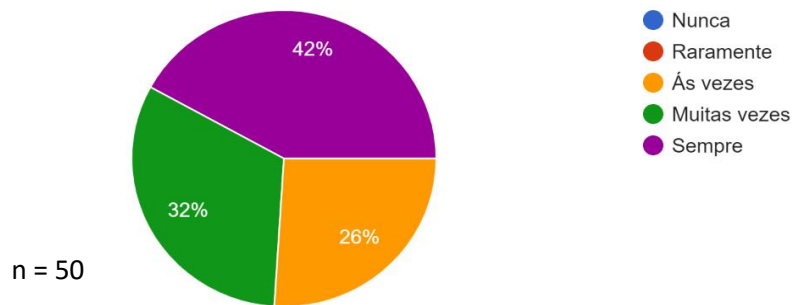
e a busca por condições econômicas melhores fatores motivadores a busca por uma posição na instituição militar. Os resultados obtidos condizem com os resultados obtidos por Calazans (2004), que atribuiu o aumento da procura por concursos da PM a outras questões que não a vocação, como a estabilidade, a política salarial definida e a possibilidade de um plano de carreira.

Entre as policiais que responderam o questionário 31 (62%) exercem atividades administrativas, sendo que alguns dos motivos alegados para exercerem essa função são a bem do serviço, designação e motivos familiares, enquanto que 19 policiais (38%) exercem função operacional, e a motivação para atuarem nas ruas é unânime paixão pela função exercida.

O trabalho operacional para as mulheres sofre muitas variações ao longo de sua carreira policial, visto que elas são sempre designadas, transferidas a bem do serviço ou por falta de estrutura dos quartéis para as atividades de natureza administrativa, assim como engravidam. Um motivo que também tira a mulher da função operacional é o preconceito por parte dos comandantes de equipes que não gostam de trabalhar com policiais femininas no operacional. Em sua obra *O que faz a Polícia?*, Monjardet (2003), afirma não haver delimitação ao trabalho policial, demonstrando que a instituição policial abrange uma enorme variedade de serviços. E por consequência é necessário compreender que o trabalho policial se dá pelo compartilhamento entre as funções exercidas por cada policial.

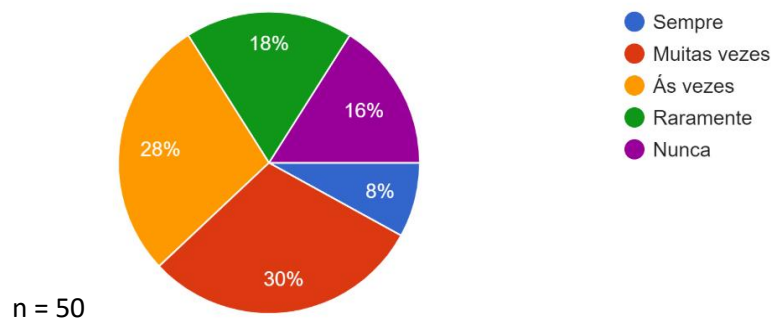
Quando as mulheres começaram a ser inseridas na carreira militar, as diferenças existentes entre homens e mulheres foram justificativas para depreciar os direitos femininos e, de forma mais ampla, para justificar a desigualdade existentes dentro da corporação. Na atualidade, as mulheres vem conquistando novos espaços dentro da corporação, em alguns caso superando seus companheiros do sexo do masculino, logo a equidade de funções dentro da instituição tem sido um objetivo buscado pelas policiais femininas, de forma a quebrar as barreira tradicionalmente existentes. É preciso superar todas as formas de discriminação que subsistem, principalmente as que são exercidas contra as mulheres, já que todos os seres humanos fazem jus ao pleno respeito e os mesmo direitos.

Em relação a satisfação com a função exercidas na corporação, a maioria das participantes, 42%, responderam estar sempre satisfeitas, e apenas 26% das policiais responderam estar satisfeitas às vezes com a função exercida. Esse resultado também foi demonstrado por Figueira (2017), em seu estudo sobre policiais femininas, a satisfação profissional das policiais pode ser associada a utilidade social do trabalho policial, a estabilidade da profissão e o prazer pelo tipo de trabalho realizado pelas participantes, com ênfase ao prazer no trabalho operacional ostensivo.

Gráfico 1: Satisfação com a função exercida

Fonte: O Autor (2019)

Quando foram questionadas se já sofreram algum preconceito em decorrência de ser policial militar, 30% das policiais responderam que muitas vezes já sofreram preconceito por ser uma policial militar, 16% afirmaram que nunca sofreram preconceito em decorrência de ser policial militar e apenas 8% alegaram sempre ser alvo de preconceito.

Gráfico 2: Sofreu algum preconceito em decorrência de ser policial militar

Fonte: O Autor (2019)

Quando as participantes foram perguntadas se o preconceito foi vivido dentro da corporação 68,9% responderam que sim e apenas 31,1% disseram que esse preconceito não foi vivido dentro da corporação. Com esses dados fica evidente que a policial feminina necessita se esforçar mais para provar sua capacidade, fazer melhor do que os homens para se firmarem e serem reconhecidas em seu ambiente de trabalho.

O preconceito dentro da corporação refletido na discriminação por colegas que não admitem a possibilidade de trabalharem com mulheres. Logo percebe-se que mesmo havendo

um aparato legal que garanta a presença feminina na corporação, essa presença é pouco legitimada na prática. Rosa (2012) em seu estudo realizado com policiais militares e civis de Goiânia, também trata das desigualdades no âmbito profissional, que geram vivências de discriminação pelas mulheres no trabalho policial.

Diante do questionamento sobre as maiores dificuldades enfrentadas por essas mulheres há inúmeras variáveis, com destaque a discriminação dentro da corporação, assédios moral e até sexual, dificuldade de conciliar as atribuições profissionais com a rotina familiar, principalmente lidar com o sentimento de culpa diante da maternidade. Alguns depoimentos demonstram essas situações:

“Ser obrigada a trabalhar na administração, recusa de PM macho em compor viatura comigo, superior dispensar a continência e te arrastar para um abraço deixando os demais fazerem comentários maliciosos sem que rebatesse e ao contrário soltar um sorriso malicioso alimentando a fofoca. Obrigada a trabalhar assessorando oficial que tinha claro interesse pessoal. Me prejudicando moralmente” (PM 28).

“Quando eu estava grávida da minha primeira filha eu morava e trabalhava no interior 180 km de Goiânia e eu iria fazer o pré natal em Goiânia, mas ficava difícil ir e voltar no mesmo dia, foi quando eu fui pedir dispensa para um oficial e explicar a situação, ele foi extremamente insensível impedindo e dificultando meu direito, conversei em prantos com outro superior a ele me concedendo tal dispensa do dia seguinte para retorno. Queriam que eu fizesse instruções de tiro grávida de 3 meses. Tive que questionar com superiores. Absurdo!” (PM 35).

“Inicialmente, meus pais não apoiam a carreira. Sempre acharam que era sacrificial demais e arriscada demais. Como esposa, era insustentável lidar com as cobranças do marido quanto às longas e recorrentes escalas de trabalho, ausência de fins de semana e/ou feriados livres, etc. Consequentemente, me divorciei. Como mulher e como militar, você não é respeitada no serviço operacional” (PM 38).

“Discriminação pelo simples fato de ser mulher na PM. Consideram-nos impotentes” (PM 37)

“As principais dificuldades giram em torno da aceitação, por parte da família, por trabalhar na atividade policial e o preconceito e machismo, dentro da Corporação. As dificuldades não diminuem ao longo da carreira, apenas aprendemos a ignorá-las o máximo possível. Sim, já cogitei desistir da carreira militar” (PM 08).

“Maior dificuldade foi no início de identificar com profissão, em aceitar o militarismo e exercícios físicos. Depois de um tempo na rua me apaixonei pela minha profissão. Dificuldade enfrentamos todos os dias mas supero todas por gostar do que faço. Hoje não penso em sair da pm” (PM 18).

“Superamos muitas...como cortar o cabelo curtinho...não poder se casar por dois anos, ou em nem ser casadas. O preconceito existia dentro da incorporação e fora dela pela sociedade ainda machista que via o trabalho puramente masculino...dentro achava que o trabalho tinha que ser mais social...serviço social mesmo...só ã desisti pra ã ter que voltar pro interior onde morava...mas algumas companheiras desistiram porque a pressão era muita” (PM 25).

“Preconceito por ser policial feminina é a pior dificuldade. Sendo que o pior preconceito é o interno, de colegas que não trabalham com p’fens. Hoje o preconceito diminuiu um pouco, mas ainda é muito evidente” (PM 07).

O excesso de esforço das policiais é observado tanto como objetivo de firmar-se perante os demais colegas policiais, quanto para serem reconhecidas e respeitadas profissionalmente. Essa dedicação tem por finalidade principal a desmistificação de desempenho inferior associado ao fato de ser mulher, acompanhado da necessidade constante de provar sua competência e superação de preconceitos muitas vezes velado. Figueira (2017), em sua pesquisa sobre policiais militares do Distrito Federal, demonstrou que as maiores dificuldades enfrentadas pelas policiais estão relacionadas a dificuldade de se impor como mulher em uma profissão eminentemente masculina, ao machismo existente na sociedade e na instituição policial e ao preconceito dentro da própria polícia e a mulher ter que provar a todo momento que é tão capaz quanto o homem.

Nota-se que essas profissionais buscam o reconhecimento profissional ao mesmo tempo que buscam atender as demandas familiares, sendo que os sentimentos de culpa e de ausência diante de seus filhos e as cobranças dos cônjuges são provenientes da percepção de muitas vezes essas mulheres se dedicarem mais à vida profissional do que a vida familiar. E que a maioria das policiais encaram as dificuldades enfrentadas com estímulo para continuarem a luta em busca de seus objetivos de vida. Figueira (2017), em sua pesquisa sobre policiais militares do Distrito Federal, destaca que há uma sobrecarga às mulheres, pela tentativa de executarem com mérito as funções profissionais e domésticas. E também as mulheres em sua grande maioria, lidam com o sentimento de culpa por perceberem uma maior dedicação a vida profissional em relação ao relacionamento familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, as respostas das policiais participantes da pesquisa demonstraram que persiste um conjunto de dificuldades para sua atuação profissional pelo simples fato de serem mulheres. Os resultados alcançados demonstram que a busca pela estabilidade oferecida pela profissão é considerada pela maioria das policiais participantes um fator decisivo para o ingresso na instituição, sendo as questões financeiras e econômicas fatores que influenciam diretamente na permanência das mesmas na corporação, buscando sempre a ascensão dentro da

corporação. Contudo as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que buscam as fileiras militares começam pelos obstáculos impostos pelo edital do concurso, superado esse primeiro obstáculo e o curso de formação persistem diferentes barreiras ao longo do exercício da profissão.

O fato de apenas 38% das participantes executarem o trabalho operacional demonstram que a hostilidade dos colegas de trabalho do sexo masculino no desenvolvimento das atividades operacionais, os preconceitos e assédios vivenciados dentro da corporação.

Constatou-se que a grande maioria das participantes relataram situações de discriminação, preconceito, diversos tipos de assédio (moral, profissional e até sexual) e a existência de alguma barreira institucionais, que enfrentaram por serem policiais femininas, principalmente aquelas que buscam o trabalho operacional.

É possível afirmar que mesmo com as mais diferentes barreiras enfrentadas pelas policiais, elas relataram uma profunda satisfação com a profissão, e uma verdadeira paixão pelo trabalho nas ruas, daquelas que desempenham o serviço operacional.

Acredita-se que foi possível entender um pouco das experiências vivenciadas pelas policiais militares femininas em uma carreira tradicionalmente masculina. Observando um processo de evolução da corporação em relação a aceitação do trabalho feminino, mas ainda tendo os atributos masculinos mais valorizados pela corporação. E que atualmente, as mulheres buscam a equidade de funções dentro da instituição. Para que as mudanças realmente aconteçam a corporação precisa combater práticas e paradigmas que reforcem papéis considerados femininos ou masculinos, o que dificulta e as vezes impede a ascensão da mulher dentro da corporação.

Assim, se a inclusão da mulher nas fileiras da Polícia Militar de Goiás indica a possibilidade de modernização da instituição, de uma polícia mais próxima a comunidade e de uma democratização das ações policiais, em uma outra vertente essas mulheres são vistas como ameaça, sendo uma hipótese explicativa para a existência de assédios e preconceitos que buscam diminuir as policiais, colocando as mulheres em posição de subalternas e com funções consideradas extensão das atividades domésticas.

Os resultados alcançados demonstram que existe os mais variados perfis e características de policiais femininas na PMGO. Algumas se identificam com o policiamento operacional, que o fazem por paixão, tem aquelas que buscam os cursos de policiamento especializado por gostar de desafios e mais superação e existem outras que gostam e se dedicam ao desenvolvimento de serviços administrativos da corporação, por opção, para conciliar com a rotina familiar ou por determinação superior. Logo há muitas funções a serem desempenhadas

dentro da corporação e cabe a cada uma buscar desempenhar aquele que mais encaixa em seu perfil e necessidade para que com isso construa e desempenhe sua carreira com satisfação e eficiência. Mas todas as participantes, ao serem questionadas sobre se a profissão de policial militar é uma profissão feminina, são unânimes ao afirmarem que sim, a mulher exerce com excelência essa profissão policial militar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. M. de M. **Simone de Beauvoir: uma luz em nosso caminho**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 1999.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edição 70. 1977.

BAYLEY, D. H. **Padrões de Policiamento: uma análise internacional comparativa**. S. Paulo, Ed. USP - Série Polícia e Sociedade 1. 2006.

CALAZANS, M. E. **A constituição de mulheres em policiais: um estudo sobre policiais femininas na Brigada Militar do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. 2003.

CALAZANS, M. E. **Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã**. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1. 2004.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. de O. L. **Mulheres policiais, relações de poder e de gênero na Polícia Militar de Minas Gerais**. Revista de Administração Mackenzie, v. 11, n. 3, 2010.

CAPPELLE, M. C. A. **O trabalho feminino no Policiamento Operacional: subjetividade, relações de poder e gênero na oitava região da Polícia Militar de Minas Gerais**. Doutorado (Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. 2006.

Decreto Lei Nº 9.967, de 14 de Janeiro de 1986. Disponível em: <www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1986/lei_09967.htm>. Acesso em: 21 março 2019.

Decreto Lei Nº 2.584, de 29 de Abril de 1986. Disponível em: <www.gabinetecivil.goias.gov.br/pagina_decretos.php?id=3700>. Acesso em: 21 março 2019.

FIGUEIRA, K. T. da S. **Polícia Feminina: Construção Identitária e Representações Sociais na Polícia Militar do Distrito Federal**. Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais, Brasília, Distrito Federal, Brasil. 2017.

GOLDENBERG, M. **Após 70 anos, Simone de Beauvoir ainda mostra caminho da liberdade feminina**. Folha de São Paulo. 2019. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/mulher>. Acesso em: 29 março 2019.

Lei Nº 10.330, de 07 de Dezembro de 1987. Disponível em <www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1987/lei_10330.htm>. Acesso em: 21 março 2019.

Lei Nº 12.608, de 17 de Abril de 1995. Disponível em: <www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1995/lei_12608.htm>. Acesso em: 21 março 2019.

LOPES, E. B.; BRASIL, G. M. **Mulheres na polícia: demarcação dos espaços de comando e relações assimétricas de poder**. In: FAZENDO GÊNERO – DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS. Florianópolis, 2010.

MONJARDET, D. **O Que Faz a Polícia**. São Paulo: EDUSP, 2003.

MOREIRA, R. **Sobre mulheres e polícias: a construção do policiamento feminino em São Paulo (1955-1964)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2011.

REZENDE, L. S. R.; DA COSTA, A. L. D.; DE PAULA, M. A. **Inserção das Mulheres na Segurança Pública e na Polícia Militar do Estado de Goiás**. TCC Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, Goiânia, Goiás, Brasil. 2018.

RIBEIRO, L. **Polícia Militar é lugar de Mulher?** Artigos Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. 2016.

ROSA, I. de O. **“Eu Era o Terceiro Homem”**: Um Estudo de Gênero com Mulheres Policiais Cíveis e Militares. Universidade de Brasília – UNB. Brasília, DF, Brasil. 2012.

SENASP. **Mulheres nas instituições de segurança pública: estudo técnico nacional**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2013a. Disponível em: <www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e>

pesquisa/download/estudosdiversos/4mulheres-na-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 29 março 2019.

SOARES, B. M.; MUSUMECI, L.. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, M. S. **Sou Policial, mas sou mulher: gênero e representações sociais na polícia militar de São Paulo**. Marcos Santana de Souza – Campinas, SP, 2014.

TRIBUNA DO PLANALTO. 2016. Disponível em:
<tribunadoplanalto.com.br/2016/03/01/mulheres-na-pm-30-anos-de-historia-em-goias>.
Acesso em: 21 março 2019.